

PETROBRÁS  
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO  
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

GUSMÃO, Roberto. Roberto Gusmão (depoimento; 1987).  
Rio de Janeiro, CPDOC/FGV -  
SERCOM/Petrobrás, 1988.  
53 p. dat. ("Projeto Memória da Petrobrás")

Roberto Gusmão  
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte.

Esta Entrevista foi realizada na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ramos

conferência da transcrição: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

sumário: Sandra Soares

texto: Dora Rocha Flaksman

leitura final: Cláudia Maria Cavalcanti de Barros Guimarães

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: São Paulo - SP

data: novembro de 1987

duração: 1h 30 min

fitas cassete: 02

páginas datilografadas: 53

## SUMÁRIO

Entrevista: Ingresso na política estudantil em Belo Horizonte; o jornal Liberdade e a eleição para presidente da UEE; fundação da UEE paulista; influência da guerra e do socialismo na jovem geração; a União Democrática Nacional (UDN) e a Esquerda Democrática (ED); eleição para a presidência da UNE; cisão entre a UDN e a ED na Constituinte de 1946; participação da UNE no processo de redemocratização; a Constituinte de 1987; atuação da ED na Constituinte de 1946; posição de Artur Bernardes; formação do PSB; comparação entre movimento estudantil e movimento sindical; a UNE como grande escola política; ingresso da UNE na Campanha do Petróleo após a eleição do entrevistado; conversa com Monteiro Lobato e concurso de oratória; a Campanha do Petróleo: debates no Clube Militar, conferências na UNE, união entre estudantes e militares; respeito da polícia de Dutra pela UNE; consequências da Campanha do Petróleo: o processo de nacionalização do país; os comunistas e a campanha; o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e o monopólio estatal; a eclosão da Campanha do Petróleo na UNE; o grupo ministerialista e Clemente Mariani; o papel de dona Santinha no governo Dutra; as entidades estaduais e a questão do petróleo; análise da política da Petrobrás; o Proálcool e os usineiros de São Paulo e do Nordeste; concorrência e desenvolvimento tecnológico; no Ministério da Indústria e Comércio: oposição ao IAA, IBC e Embratur; a estatização e a regulação da economia; defesa da permanência do Estado em setores estratégicos; participação política: ingresso no PTB e inquéritos no pós-64; a Lei 2.004: o caso das refinarias particulares, o substitutivo Bilac Pinto, o confronto com Getúlio Vargas; a Campanha do Petróleo e seus efeitos de politização ampla; lideranças regionais que apoiaram as posições do entrevistado na presidência da UNE; o PTB e a UNE; reunião patrocinada por O Estado de S. Paulo com Rogê Ferreira, Rui Mesquita, Fernando Pedreira e Paulo Egídio; o primeiro comício em defesa do monopólio estatal do petróleo realizado pela UNE em 1948; a UNE e os sindicatos na Campanha do Petróleo.

Entrevista: 10.11.1987

P.R. — Dr. Roberto, antes de entrarmos no nosso tema específico, que é a Campanha do Petróleo, eu desejava saber se quando estudante, em Minas Gerais, já na universidade, o senhor exerceu algum cargo na política estudantil, no movimento universitário de Minas.

R.G. — Nós participamos em Minas... Antes havia um movimento clandestino, que era contra a ditadura. Mas eu ainda era jovem, muito moço, e o que eu fazia era distribuir à noite um jornal chamado Liberdade, que os estudantes faziam, liderados por Simão da Cunha Pereira — que depois foi deputado —, Elói Lima, Hélio Pelegrino, e um grupo da resistência mineira. Então, a gente já participava nesse movimento. Depois, mais tarde, na universidade, antes de me transferir para a Universidade de São Paulo, para a Faculdade de Direito de São Paulo, eu participei das eleições da UEE, da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.

P.R. — Isso ainda no tempo do Estado Novo, ou não?

R.G. — Não. Já...

P.R. — Já depois da redemocratização.

R.G. — Depois da redemocratização. Mas antes, no Estado Novo, a oposição que se fazia ainda era na clandestinidade. Isso era 44, o fim do Estado Novo. Foi aí que a coisa esquentou mais. E esse movimento tinha atrás de si o Milton Campos e o Pedro Aleixo, que eram os homens que orientavam a resistência mineira à ditadura. Mas os estudantes tinham uma grande participação. Nós, que éramos calouros, e estávamos recém-saídos do ginásio — existia aquele negócio de pré ainda, eram cinco anos de ginásio e dois

de pré-escolar -, então a gente distribuía os jornaizinhos, distribuía a Liberdade. Depois, quando eu vim para São Paulo, aí já era o governo Dutra. E nós então começamos a vida universitária na UEE, e da UEE vim para cá. Aí foi que nasceu minha candidatura, da união de São Paulo e Minas, para conquistar a UNE.

P.R. - Ah, sim. Quer dizer que quando o senhor foi eleito presidente da UNE, em 47, já estudava em São Paulo.

R.G. - Já estudava em São Paulo.

P.R. - E nessa época, quem era o presidente da UEE aqui?

R.G. - Da UEE aqui... Acho que nem tinha UEE aqui. Nós estávamos... O Rogê estava querendo fundar a UEE, o pessoal estava entrando. Porque o Centro Acadêmico 11 de Agosto, a Politécnica, a Faculdade de Medicina, eles eram muito fortes, tinham tradição muito grande, e resistiam à fundação da UEE. E a universidade também tinha os DCES, os diretórios centrais dos estudantes, que também resistiam em formar a UEE. Eles queriam ser ligados à UNE, mas com força própria, não é? Então, o nosso trabalho era um pouco também de convencimento para a formação da UEE.

Mas tinha já um núcleo da UEE em São Paulo, que não era muito forte. Nem todas as escolas eram filiadas à UEE. Não se submetiam ao congresso. As do interior eram mais fáceis, mas as grandes escolas de São Paulo resistiam muito. Mas já tinha a UEE, o Rogê já estava batalhavam muito pela UEE, pela fundação da UEE. Já estava praticamente fundada a UEE, mas não tinha expressão. O 11 de Agosto era mais forte que a UEE.

P.R. - Agora, dr. Gusmão, em 1945, quando veio a redemocratização, houve uma espécie de ruptura entre os estudan-

tes udenistas e os estudantes comunistas. Porque parece que os estudantes comunistas passaram a apoiar a Constituinte pró-Getúlio Vargas. Isso teve reflexo na eleição do José Bonifácio Coutinho Nogueira para presidente da UNE naquela época?

R.G. — A coisa no movimento estudantil é que nós éramos um movimento de elite, não é? Tínhamos uma força muito grande, porque tínhamos o apoio da sociedade, dos professores da faculdade. E essa elite toda pertencia à UDN. Agora, nós éramos... Houve duas coisas que convergiram naquele momento, que tiveram um papel importante na formação da nossa... da minha geração particularmente. Uma foi a guerra. Nós todos participamos da guerra. Eu mesmo fui convocado pelo CPOR, fui oficial da reserva, e outros colegas, que se formaram antes, chegaram a ir para a Itália. O meu batalhão não foi. Eu estava para ir, quando felizmente terminou a guerra.

Mas naquele momento, não existia tanto comunista, sabe? Tinha o problema do Prestes, do Partidão, e tal. Mas na juventude não existia, porque era uma repressão muito grande. Mas com o problema da guerra, dos Aliados, e a União Soviética fazendo parte do bloco dos Aliados, aí os poetas, como Carlos Drummond, os escritores, como Jorge Amado, a grande intelectualidade brasileira começou a cantar louvores à resistência de Stalingrado, ao movimento socialista do mundo inteiro, querendo também derrubar a ditadura. Aí surgiu o movimento socialista, já com o Partidão atrás. Nós, então, dentro da UDN, fundamos a Esquerda Democrática, que era uma parte da UDN. Eu fazia parte da Esquerda Democrática, que tinha líderes diferentes, que eram o professor Hermes Lima, Domingos Velasco, João Man-

gabeira. E que mais tarde ficou sendo o núcleo do Partido Socialista Brasileiro. Mas o resto, que ficou na UDN, aí ficou um pessoal mais reacionário, mais duro, e que estava muito acostumado com o poder e com o governo, que tinha benefícios - porque já tinha o empreguismo, o clientelismo. E nós éramos um pouco assim desligados disso. Aí, a grande luta foi com o pessoal da UDN. E a nossa vitória, a minha eleição, representou a derrota do grupo udenista. Era um movimento renovador, um movimento da Esquerda...

P.R. - Contra Bagdócimo.

R.G. - O Ernesto Bagdócimo, que elegeu o José Bonifácio Coutinho Nogueira. E queriam fazer o outro Bagdócimo candidato. Antes teve o Ernesto, depois eles queriam fazer o Maximiano Bagdócimo. Foi aí que nós cortamos a...

P.R. - Aí o senhor foi eleito como candidato de oposição à situação.

R.G. - De oposição à situação. E aí promovemos a renovação. E instalamos o que se chamou o pessoal da Esquerda Democrática.

C.G. - Dr. Roberto, até a queda da ditadura, o senhor está falando na elite da oposição, que era a UDN; estavam todos, de alguma forma, articulados ao redor dela para derubar o Getúlio. E o senhor tem falado que se formou uma força de esquerda dentro da UDN. Quando é que isso fica mais claro? Quer dizer, é imediatamente depois da eleição do Dutra? Isso se forma no bojo de um esboço de oposição ao Dutra também?

R.G. - É com a ruptura e com a convocação da Constituinte de 46. Foi aí que as águas se dividiram. Foi na Constituinte de 46 que ficou bem nítida a divisão.

C.G. — E essa ruptura envolvia uma posição contra o Dutra também?

R.G. — Envolvia. O general Dutra ficou com o PSD, o Partido Social Democrático, que era um partido que vinha da ditadura, agarrado ainda, mas com grandes figuras, querendo a democracia, querendo um processo de redemocratização. E havia a UDN, que teve origem com o Manifesto dos mineiros, dos intelectuais de Minas, liderados por Milton Campos, Pedro Aleixo, Odilon Braga, Gabriel Passos, que lançaram aquele manifesto de contestação abertamente, assumindo todos os riscos da ditadura e pedindo a democracia e as eleições diretas. Tudo isso convergiu também com a vinda dos americanos aqui, que conversaram com o Getúlio: "Olha, não dá mais. Vocês ganharam a guerra, participaram de uma guerra pela democracia, têm que democratizar o país também." Então, o movimento era... Foram criadas condições objetivas para a queda da ditadura, de uma maneira irremediável.

C.G. — As tropas também voltam com um sentimento democrático, não é?

R.G. — Democrático, e há toda essa movimentação, e se fez a coisa, felizmente, pacificamente. O Getúlio caiu como o Brasil sempre faz. Depois vem um outro período do Getúlio, que é pós-Dutra. Mas houve uma participação muito ativa, e a UNE teve um papel muito importante nessa formação. Eu entrei na UNE e a UNE já tinha participado antes da declaração de guerra, a UNE já havia participado antes do processo de Dutra pela democratização do país. E os estudantes, pela coragem, pela ousadia e pela consciência política também, não é... Os estudantes participaram da

libertação dos escravos, participaram da República. Então, havia essa participação dos universitários muito grande no país. Como os outros estudantes secundários também, que nos acompanhavam.

Mas tudo isso desemboca então na separação que aconteceu dentro da Constituinte de 46. E aí foi uma grande... Eu acho que, se no Brasil, hoje, tivessem trazido agora, para discutir na Constituinte, a Constituição de 46, nós estaríamos com uma constituição moderna, adequada para o país. Se estivessem com um roteiro. Agora, começam a Constituinte sem nada na mesa. Como é que se faz, não é? Fica essa sistematização aí, do deputado Bernardo Cabral, que não tem sentido nenhum. Não sei como vai acabar isso, quando deveríamos colocar na mesa exatamente a Constituição de 46, que foi a última constituição democrática. E muito bem feita, muito avançada para a época. Enfim...

C.G. — Dr. Gusmão, essa esquerda da UDN se organiza, se esboça, se configura dentro da Constituinte, em torno de que questões? O petróleo já era muito forte como polarização?

R.G. — A questão do petróleo, a questão da exploração das nossas reservas minerais, não é? E tinha os velhos, o dr. Arthur Bernardes, o presidente Bernardes, que embora fosse um homem muito reacionário em certas coisas, na posição de defesa das nossas riquezas econômicas, era intransigente, impecável. Ele lutou muito contra a Itabira Iron, em Minas, a mina de Morro Velho, era um nacionalista sério, autêntico, histórico e...

Então, os temas polêmicos que a Esquerda manteve,

quando a Esquerda Democrática começou a se separar e o Partido também começou a levar a coisa, foram o problema sindical, o reconhecimento de uma legislação sindical mais avançada, o direito de greve - chegamos a colocar na Constituição de 46 a participação nos lucros das empresas, coisas avançadíssimas para a época. Estabilidade no emprego... Então, todo o capítulo da ordem econômica e social foi... E na ordem econômica vem o problema da defesa das nossas riquezas e a discussão em torno da exploração ou não do subsolo, do petróleo, quem deveria ser, e o problema do monopólio estatal. Surge com isso, e já com o êxito inicial de Volta Redonda, começa a surgir também a defesa das empresas estatais, barrando um pouco um capitalismo romântico um pouco selvagem, um pouco atrasado, da época. Então se disciplinou isso tudo, tentando melhorar, na Constituinte de 46. Aí a Esquerda rompe com a UDN por essas razões, por esses motivos.

C.G. - Dr. Roberto, nesse momento, o horizonte da industrialização brasileira já estava colocado para essa esquerda?

R.G. - Já estava.

C.G. - Porque havia quem defendesse a vocação agrícola do Brasil, naquele momento.

R.G. - Já estava, e já se discutia o nosso desenvolvimento. Nossos temas sempre vieram... nossas idéias todas eram da Europa, e muito avançadas. Então, até certos deputados, e a própria população, às vezes alguns órgãos de imprensa, não se apercebiam das coisas avançadas que estavam-se colocando na mesa em discussão. E se discutia, e se chegou a um certo avanço em legislação por isso, por-

que as pessoas também não acreditavam que isso fosse possível. E tinham uma certa razão - tiveram -, porque até hoje não se falou mais em participação nos lucros das empresas, não se regulamentou isso, [risos] não é verdade? Mas esses temas polêmicos, o problema de ensino também, o problema de segurança foi muito discutido por nós. A Esquerda Democrática naquela época tinha o Velasco, o Osório Borba, o...

P.R. - O João Mangabeira.

R.G. - Mangabeira, Hermes Lima. Era um grupo muito competente, muito aguerrido e culturalmente sólido, também; tinha argumentos. Agora, o que não tinha era povo atrás. [risos] O Partido Socialista era um partido sem sindicato e sem povo. Os sindicatos ficaram no PTB. Aí o povo ficou com os partidos conservadores, dividido dentro da UDN e do PDS.\*

P.R. - Exatamente.

R.G. - Ficaram só os intelectuais. Foi um movimento muito puro, mas muito ingênuo politicamente, tanto que depois se desfez.

C.G. - E nele, os estudantes, nesse momento, tinham uma participação muito intensa?

R.G. - A grande força eram os estudantes.

C.G. - A grande massa era dos estudantes?

R.G. - A grande massa eram os estudantes. Você veja que o Partido Socialista e as idéias socialistas cresceram muito

---

\* Certamente à época o PSD - Partido Social Democrático

neste período em que nós fomos... Foi passando de geração em geração. Não posso dizer propriamente de geração, mas... A importância política do líder estudantil é muito relativa e muito pequena, porque ela dura no máximo dois anos, você faz política intensamente nos dois anos do meio do curso, não é? No primeiro ano você é calouro, não participa. No segundo você começa. E no último você não quer mais nada porque você quer se formar, então você sai do movimento universitário.

Mas, veja bem, a semente que foi lançada com a Campanha do Petróleo durou mais de dez anos. Gerações e gerações ficaram discutindo o problema do petróleo com muita intensidade. E o movimento socialista cresceu muito. Na medida em que o movimento estudantil perdeu a sua importância, ou por perseguições ou por outras razões, cresceu muito o movimento sindical. E eu acho que dificilmente o movimento estudantil retomará a importância do passado, porque hoje o movimento sindical é que é o movimento autêntico diante da sociedade, é que representa essas reivindicações de esquerda, muito mais do que o movimento estudantil propriamente dito. Ele vai ter sempre a sua importância, mas talvez apenas de uma vanguarda de reformas universitárias, de reformas no campo do saber, do conhecimento, e tal. Mas importância política, acho que jamais retornará. Como é nos países desenvolvidos, onde eles não são importantes. Você tem aí apenas uma relativa importância. O último grande movimento estudantil que você teve foi o do Cohn-Bendit, na França, por reformas de pagamento de taxa. Se o estudante faz greve, é para isso: é para pagamento de taxa, aumento de ônibus - antigamente era bonde. Mas político, mesmo, é o movimento sindical, ou

então o das classes produtoras ou o dos intelectuais, mas já formados em partidos. São os partidos políticos. Não é mais... Nós ocupávamos o que não existia: não existia partido político, os estudantes faziam o movimento político.

P.R. — Quer dizer, em consequência do aparecimento de novas forças e lideranças no campo social, o movimento universitário se sente, vamos dizer, não mais no papel de liderança, mas no papel de uma participação talvez até secundária, não é?

R.G. — Eu acho que vai ficar restrito, deverá ficar restrito, como é nos grandes países, aos movimentos dentro da própria universidade, dentro de cada faculdade, com reivindicações muito...

P.R. — Restritas.

R.G. — Restritas àquele ambiente. Politicamente, a importância do movimento estudantil, eu acho que dificilmente voltará a ser o que foi nessa época da UNE.

C.G. — Naquele momento o movimento estudantil também tinha uma outra importância, que era a formação dos quadros políticos nacionais, não é? Eles se formavam no movimento estudantil e saíam dele para poder...

R.G. — Formavam-se nas escolas, e já começavam os debates nas escolas. Cada escola seguindo, evidentemente, a sua vocação. A Escola de Medicina, a Escola de Engenharia. Mas a grande escola era a Faculdade de Direito. E começavam-se pelos debates de... Todo bacharel quer ser orador, não é? Então, começavam logo os concursos de oratória. [risos] As teses eram discutidas às vezes muito mais com um estilo gongórico, demagógico, do que com um fundo cien-

tífico ou um fundo baseado numa pesquisa mais profunda. Mas isso, a comunicação oratória, a comunicação verbal desses concursos, levava as idéias em seu bojo. Então, a Faculdade de Direito tinha essa formação. E depois, a UNE foi uma grande escola política. Aí, sem dúvida, porque se começou a entender o Brasil, na medida em que os estudantes de São Paulo passaram a conviver com estudantes de Recife, com os estudantes de Salvador, com os estudantes de Minas. Isso numa época que não tinha... O rádio era um instrumento de comunicação muito relativo e dominado pelo governo. Não havia televisão. Então, esse contato direto foi muito importante. Eles queriam, o governo, a ditadura, queria fazer só as chamadas Olimpíadas Universitárias. Só esporte, não é? Era aquele negócio, do mens sana in corpore sano, aquela coisa. Então, a direção era um pouco fascistoíde, não é? E nós, na UNE, não. Era a coisa política, intelectual. Debatia-se desde a reforma do ensino até, e principalmente, política. Política nacional, política internacional. Nós fomos até a declaração de guerra e depois até a queda do governo.

P.R. — Do governo do Estado Novo.

R.G. — Então, eu acho que esse papel da UNE e dos estudantes, nessa época, foi muito importante. Foi uma grande escola política. E de educação cívica também, de patriotismo, no sentido melhor da palavra.

C.G. — É, porque na verdade o nacionalismo brasileiro nasce com a UNE, com essa Campanha do Petróleo, não é? A noção do Brasil como nação, nação economicamente articulada, vem daí.

R.G. — Vem daí. E principalmente a preocupação de trans-

mitir à juventude essa crença, não é? Porque era uma juventude apática.

P.R. — Exato.

R.G. — "Então está aqui, o futuro está aqui... a nossa independência econômica, nós somos um país dependente." Antigamente se falava muito em imperialismo, que existia, embora nós não fôssemos colônia. Mas sempre a gente radicalizava um pouco as coisas, mas mostrando que tinha uma saída para o país. Porque a nossa preocupação era muito com o social. Já se sentia a dificuldade de grande parte da população, já se sentia a necessidade de dar ao nosso trabalhador uma situação melhor, na indústria de pagar melhor, de se limitar o problema do trabalho do menor, de mulher, das férias e da assistência social. Então, por tudo isso os estudantes pressionavam. Agora, a grande movimentação, que era uma manifestação de esperança e de fé, era o petróleo. Mostrávamos a nossa dependência de petróleo e a necessidade que nós tínhamos de...

P.R. — E de que forma, dr. Gusmão, ocorreu o ingresso da UNE, na sua gestão, na Campanha do Petróleo?

R.G. — Olha, primeiro a gente já conversava um pouco sobre isso. E, segundo nós queríamos logo... Quando você toma posse na UNE, você não sabe bem o que fazer, não é? Você recebe aquilo, um prédio na Praia do Flamengo, 132 - e eu ainda fiz a minha campanha contra o José Bonifácio, dizendo que ele foi eleito, mas nunca saiu de São Paulo para morar na UNE. Então eu disse que eu me propunha mudar, e que obrigaria a minha diretoria toda a morar na UNE, no prédio, e tal. Então eu tive que cumprir isso. Mas cheguei lá e encontrei só o prédio, não é? [risos] E agora? Vem a turma, vamos resolver o que vamos fazer. A primeira

coisa era que nós tínhamos um problema de finanças, não tínhamos dinheiro, e éramos oposição ao Governo. A gente tinha que arranjar um motivo para...

P.R. - O Clemente Mariani hostilizava muito, não é?

R.G. - É. Hostilizava muito. Então, o presidente do 11 de Agosto, que era o... Ubirajara, ofereceu um carro - ele vendia automóvel - para fazer uma rifa, uma grande rifa nacional para arranjar dinheiro para a UNE. Então, está resolvido o problema financeiro com isso. E de fato foi resolvido. Fizemos uma rifa, uma rifa nacional, vendemos e sorteamos o automóvel. Esse era um passo, mas e politicamente, o que é que nós iríamos lançar? Uma coisa nova, somos socialistas, temos que enfrentar, temos que criar uma... mostrar que viemos trazer uma coisa séria para o país e motivar os estudantes numa luta, num problema. Então, vamos discutir o problema do petróleo.

Discutimos entre nós, começamos a ouvir pessoas, e fomos ouvir o Monteiro Lobato. Fui falar com o Monteiro Lobato, com um grupo de estudantes de São Paulo, e tivemos uma famosa entrevista, ali na Barão de Itapetininga, em cima da livraria do Caio Prado Júnior. Ele morava num apartamento lá no quarto andar. E aí, falamos com ele, os que estávamos na hora: "Nós estamos aqui, e estamos com a idéia de fazer uma campanha a favor do petróleo, mexendo com o petróleo." Falamos dessas coisas que estão aí na campanha, nos nossos slogans: "Libertar o Brasil". Ele olhou e nos passou uma descompostura: "Mas vocês não têm juízo, fazer uma coisa dessas! Eu já fui preso, fui perseguido! Esse negócio de petróleo, vocês não podem falar, já tamparam todos os poços lá na Bahia, não se pode fa-

lar! E vocês vão enfrentar uma coisa dessas?!" Respon-  
demos: "É. Nós vamos enfrentar e..." Aí ele nos contou  
a história dele, que é conhecida, pois tem o livro dele so-  
bre as dificuldades que ele teve. Muito velhinho, ainda  
me lembro bem, o xale, a coberta no ombro, sentado numa  
cadeira de palhinha, ele falou: "Querem saber? Façam mes-  
mo! Enfrentem essa gente, enfrentem os americanos, enfren-  
tem o que tiver, enfrentem a polícia, mas façam a campa-  
nha do petróleo!" Saímos de lá animados e resolvemos  
já lançar um concurso de oratória. Aí começou a coisa to-  
da. Sempre a Faculdade de Direito... [risos] Se fosse  
medicina, talvez fosse uma pesquisa num cadáver. Se fosse  
engenheiro, seria uma ponte, seja lá o que for. Mas nós  
não, conosco foi concurso de oratória. Qual é o tema? Aí  
veio: Castro Alves e petróleo.

P.R. — Foi um concurso nacional?

R.G. — Concurso nacional. Aqui em São Paulo, patrocinado  
pelo 11 de Agosto. Foram eleitos estudantes em todo o  
Brasil - uma beleza: todo o Brasil -, e vieram para São  
Paulo para disputar, na garganta, os temas petróleo e Cas-  
tro Alves. Então, evidentemente que os baianos, nordes-  
tinos, ganharam o Castro Alves de dez a zero. [risos] Mas  
os paulistas e os mineiros ganharam o petróleo de... Foi  
um concurso bonito. Acabou ganhando um rapaz de Minas, em  
segundo lugar ganhou o Antônio Angarita, que foi presiden-  
te da Vasp, sempre defendendo a Amazônia, que ele é ama-  
zonense, fez a campanha. E um grande orador aqui do 11 de  
Agosto, parece que era o Anhaia Melo, tirou o terceiro lu-  
gar. Mas foi muito bonito. Acabou numa grande festa. E  
isso foi o estopim da Campanha do Petróleo. Pegou, o tema

petróleo. Porque tinha uma discussão, que não acreditavam que tinha petróleo, que era um absurdo, que o petróleo deveria ser pela livre iniciativa... Aí começamos, aí vieram os nacionalistas, não é?

C.G. — Nessa época aconteceram os famosos debates do Horta Barbosa com o Juarez no Clube Militar. Isso repercutia realmente entre os estudantes?

R.G. — Muito. Nós promovemos na UNE. Também. Aí nós chamamos na UNE, para debater, o general Horta Barbosa, a quem nos legamos imediatamente por ser um nacionalista, e o Juarez começou a berrar contra. E aí chamamos o Juarez. Ele até quebrou a mesa, deu um murro na mesa, [risos] na conferência que fez na UNE. Ele tinha mania de dar soco na mesa. [risos] Ele fez uma conferência na UNE, o Juarez, tenho aí a fotografia dele, saiu meio brabo. O Carlos Lacerda, que também era muito contra o monopólio estatal, também fez conferência na UNE. Aí a coisa pegou fogo com o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. E aí o Partidão, o Partido Comunista, teve um papel muito importante. Eles tomaram conta da coisa em âmbito nacional — não na parte estudantil, pois aí a influência deles... Os estudantes eram bem independentes. Mas eles pegaram a estrutura do Partido, e isso ajudou muito a penetrar na sociedade, entre os intelectuais. Aí eles tinham um elemento mais... com mais argumento. Porque aí passou a ser uma discussão mais séria, mais profunda, para a qual nós, os estudantes, não estávamos preparados. Mas tínhamos os professores, tínhamos assessores, tínhamos engenheiros. Mas os militares estavam muito preparados. E nos chamaram no Clube Militar também, para debater. E houve uma união muito interessante na época, que foi a união de estu

dantes e militares. Foi uma das campanhas que... Houve uma boa convivência no Clube Militar. A gente ia lá e era muito bem recebido - éramos hostilizados um pouco pelo governo, e bastante pela polícia, bastante pela direita. Mas no Clube Militar, a Revista do Clube Militar publicava toda matéria da Campanha do Petróleo. Se vocês pesquisarem - não sei se já pesquisaram a Revista do Clube Militar...

C.G. - Já.

R.G. - Vocês vão encontrar uma matéria muito grande sobre isso.

C.G. - Essa aliança estudantes-militares passava por uma oposição ao Dutra?

R.G. - Passava também. O Dutra até não foi tão... rigoroso. Ele era uma figura assim um pouco distante, o presidente. Ele nunca criava caso diretamente. Mas o pessoal que o cercava - tinha o Pereira Lima, tinha o pessoal da polícia do Rio de Janeiro - era uma turma...

P.R. - Exato. O Newton Cavalcanti.

R.G. - Newton Cavalcanti. A turma era uma barra pesada. Queriam mesmo nos pegar. Mas eu tinha uma sorte, sabe? Em torno do presidente da UNE criou-se assim uma auréola...

P.R. - Uma mística.

R.G. - Uma mística de que era uma figura era intocável. Podia-se tocar em todo mundo, mas... Como acontecia aqui, com o presidente do 11 de Agosto, em São Paulo. Muita gente apanhava, uns iam presos, mas no 11 de Agosto ninguém tocava. Eu me lembro que a polícia era... Os delegados eram todos bacharéis, advogados. E no Rio eu ia tirar estudantes da cadeia, como se fosse um deputado ou sena-

dor. [risos] Eu entrava... Uma vez eu estive com o famoso Cecil Borer, que era um sujeito terrível...

P.R. — Da Ordem Política, não é?

R.G. — Da Ordem Política e Social. Ele me deixou detido uma noite inteira, mas não falava que eu estava preso. Eu disse: "Mas eu estou preso aqui dentro! Como é que é?" Ele: "Não. O senhor está apenas aguardando o que o senhor está pedindo." Porque eu fui lá para tirar os estudantes. e eles ficaram me enrolando. Mas no fundo ele estava me detendo. Mas ele não me tirava na vista da imprensa. Me deixava sair às três horas da manhã. Eu ficava até às três da manhã, quando a imprensa ia embora, e aí traziam os estudantes, me entregavam, e eu ia embora. Mas eu, preso por ele, nunca fui. Nunca fui, na época em que era presidente da UNE. Eles tinham um certo respeito. Era um certo mito, o presidente da UNE. E era muito livre. Depois, mais tarde, quando veio a famosa revolução aí, desceram o pau nos estudantes [ri] dentro da UNE, em Ibiúna, prenderam todo mundo. Foi uma coisa desastrosa. Mas a Campanha do Petróleo...

[ FINAL DA FITA 1-A ]

R.G. — ...e nos distanciou muito dos americanos. Passou a haver um clima de hostilidade, porque aí se atribuía a uma influência de interesses muito grandes dos Estados Unidos - não sei se era verdadeiro, mas a Esso era o símbolo do imperialismo aqui no Brasil com todas as garras. A Light era o polvo canadense que queria tomar conta do Brasil... Então, a Campanha do Petróleo não foi só o petróleo. Desen

cadeou um processo de nacionalização, de defesa da indústria nacional. Houve várias coisas pelas quais os estudantes lutavam, mas pelas quais o próprio país se mexeu, não é? E os deputados que passaram a ser eleitos depois, todos eles faziam esse discurso, que era um discurso que começou com a gente nessa época.

P.R. — Certo. Agora, como se deu realmente o início do convívio entre a UNE e o Clube Militar? Foram eles que procuraram?

R.G. — Eles procuraram, e nós sentimos que eles estavam prestigiando o general Horta Barbosa. Tinha o coronel Car<sup>naúba</sup>, tinha outros coronéis já reformados, outros na ativa, que prestigiavam também. E os militares apareciam lá, sem farda, evidentemente, e conversavam com a gente, davam força à gente para continuar com a campanha, estimulavam a campanha, e se manifestavam. E o pessoal do Juarez era a minoria, percebemos logo que não era a maioria — embora o Juarez fosse uma grande figura dentro do Exército, ele não tinha a simpatia da maioria, a simpatia do pessoal. E depois desceu um pouco mais. Desceu até sargento. Como subiu, desceu, não é? A coisa ficou assim uma base muito boa.

C.G. — O senhor falou da importância dos comunistas na organização da campanha. Mas na verdade, estudantes e militares começam nessa campanha muito antes dos comunistas, não é?

R.G. — Começam, sim.

C.G. — Porque em 47 o Marighela ainda estava apresentando um projeto à Câmara que admitia a participação estrangeira no petróleo.

R.G. — É. O próprio Prestes, no Senado, como senador, eu tive uma vez que ir lá para cobrar dele uma posição. "Como é que é? Vocês são a favor ou contra o monopólio estatal? Vocês estão fazendo esse jogo?" Eles ficaram perplexos. Eles queriam a campanha, mas queriam a campanha da exploração do petróleo, não queriam a definição do monopólio estatal. Jamais eles estavam pensando em criar uma estatal, a estatal Petrobrás. Eles queriam de qualquer maneira. Depois, quando as discussões foram se aprofundando, e ficou mostrado nitidamente o que era a distribuição, o que era a pesquisa, e o que era formação das destilarias de petróleo no país, é que ficou claro para todos nós. Então, no fundo, começaram a desviar, para jogar para o monopólio estatal apenas a perfuração e a pesquisa. Agora, o filet mignon, que era destilar, que eram as destilarias de petróleo, e a distribuição, aí a Esso, a Shell e as empresas, os capitais nacionais também, queriam que ficasse com eles. E já estavam... No começo até houve uma certa distribuição. E já estavam, como sempre, dividindo o bolo. Já apareciam políticos de Minas querendo a distribuição do petróleo no estado de Minas, assim como no Rio. É aquela coisa, que sempre aparecem os espertos. [risos] E nos acusavam de comunistas. E a contradição era essa, que a direção do Partido não tinha uma posição definida sobre isso. Mas a participação deles na exploração era muito ativa. E era também uma maneira deles atirarem muito nos Estados Unidos. Eles queriam atirar nos Estados Unidos.

P.R. — Exatamente.

R.G. — No imperialismo americano, que estava bloqueando a União Soviética.

C.G. — Dr. Roberto, mas na UNE a campanha já nasce em de-

fesa do monopólio estatal?

R.G. - Do monopólio estatal. É isso aí.

C.G. - Não era um ataque às empresas estrangeiras.

R.G. - Não. Não. Já vem com o monopólio. O recado, na nossa linha, no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, era o monopólio estatal. Tanto que muita gente que vinha para o Centro, quando sentia que a coisa era assim, refluía. Queriam a iniciativa privada também. Porque nasceu um interesse grande no petróleo, como se fosse um eldorado, descobriu-se uma mina de ouro. "Tem ouro aqui, então vamos explorar o ouro." Então, cada um pensava numa coisa, queriam... Mas não queriam o monopólio. Não queriam o monopólio. E aí é que veio aquela coisa do Bilac Pinto mais tarde, que apresentou a solução.

P.R. - Agora, o senhor lançou o primeiro manifesto ainda no ano de 47, que foi o ano em que o senhor foi eleito. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo só foi criado em abril de 48. Quer dizer, então, essa participação desses elementos do Centro, que a gente sabe perfeitamente que era uma frente única imensa, porque participavam dela o Bernardes, participavam militares que combateram o Bernardes em 22 e 24...

R.G. - É. Também isso. Houve essa confraternização com o Bernardes.

P.R. - Participava também o Partido Comunista, que estava realmente à frente, como todo mundo sabe... Como a UNE foi pioneira na questão do lançamento da campanha do monopólio estatal, quando eles fundaram o Centro de Defesa do Petróleo, eles naturalmente tomaram a iniciativa de vir procurar a UNE. Quer dizer, eles se inspiraram na...

R.G. - Eles me informaram que não fariam a campanha se não fosse com a UNE. E eu ainda resisti um pouco, porque numa hora dessas há muita fofoca, não é? Começou uma pressão de que "Bom, vai sair com o Bernardes, esse velho, não sei o quê, vai sair com militar, e os comunistas, então..." Aí é que você tem que ser presidente mesmo da UNE, tomar uma decisão. Eu fui lá: "Eles que venham para cá, que a UNE comanda toda a parte..." Porque a parte de comunicação e de proselitismo era a UNE... Nesse comício da Praia do Russel, eu fiquei discutindo com o Borer e o pessoal dele, porque eles iam meter o pau no pessoal. [risos] Os jornais - eu tenho jornais da época - diziam: "Proibido o comício na Praia do Russel." "Não. O comício vai ser." Então foi aquela guerra, faz, não faz. Tanto que não foi um grande comício, mas o importante foi o fato de ter sido o primeiro comício. Mas eles queriam, porque sabiam que a cobertura era nossa, não é? E se morresse estudante, se batesse em estudante, a gritaria seria maior, a greve seria maior, nós íamos parar os bondes da Light, nós parávamos. Chegavam ali na Praia do Flamengo, passavam aqueles bondes na porta da UNE. Nós parávamos aquilo com barra de sabão, púnhamos barra de sabão no trilho, [risos] e acabou, o bonde não andava mais. Começava a patinar. A gente não saía dali. E era sabão do SAPS, do governo. A gente roubava do restaurante do governo e parava a Light. [risos] Era um negócio terrível.

C.G. - Mas dr. Gusmão, antes mesmo do Centro de Defesa do Petróleo se organizar, a UNE busca organizar a Campanha do Petróleo dentro da UNE, não é? Funda a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo. Qual era o propósito dessa comissão? Porque tem também uma assessoria fora do movimen-

to estudantil. O general Horta Barbosa dá uma assessoria, o Lobo Carneiro. Então, dentro da UNE já havia uma pretensão de ordenamento dessa campanha, anterior ao Centro. R.G. — Havia, pelo seguinte. Porque a campanha, quando pegou, antes que o Centro começasse... O que nós sentimos com o concurso de oratória - veja bem, se precisa notar um ponto - é que pegou fogo, sabe? Era uma coisa que... Petróleo é inflamável! [risos] Então eu vi que a coisa era terrível. Despertou tal interesse que nós começamos... "Nós não podemos bancar os irresponsáveis, vamos estudar isso mais. Então vamos fazer um centro de debates." Mas nós não podíamos fazer na UNE, porque seriam só os estudantes do Rio que iriam participar. Então eu recomendava, por circular, que todos os estudantes do Brasil comessem a estudar o petróleo. E começou a se multiplicar, não é? Foi aí que o pessoal do Partidão, os nacionalistas, os militares perceberam: "Eles são, digamos assim, o nosso megafone. Os estudantes é que estão levando, então vamos atrás, que é uma coisa séria." E nós, ao mesmo tempo, queríamos deles alguma coisa séria. Mas nós nunca abrimos mão da nossa posição: "A nossa posição é essa." Nós tínhamos resistência também. Aí o pessoal da UDN, Carlos Lacerda, ficou contra aquilo. Diziam que nós éramos ignorantes, que não sabíamos nada, que o caso era a iniciativa privada, que era não sei o quê, que era capital estrangeiro. E vinham com cifras, com histórias fantásticas. E nós sempre brigando pela Campanha do Petróleo. Aí, quando começamos a partir para colar cartazes, para fazer as famosas torres do petróleo, começou o negócio do comunismo. Sempre tentaram confundir com a posição do Partido Comunista.

P.R. - A expressão "ministerialista" surgiu durante o ingresso da UNE na Campanha do Petróleo, não é isso? Quer dizer, o ministerialista era o tipo que fazia o jogo do governo...

R.G. - Do Governo. Do Ministério. E que era financiado pelo Clemente Mariani.

P.R. - Clemente Mariani. Exato.

R.G. - Eles eram um misto de ministerialistas e policiais.

P.R. - Exatamente.

R.G. - Uns eram realmente do DOPS, da Ordem Política e Social, disfarçados de estudantes, e outros eram apenas estudantes grã-finos que faziam esse... Chegou a um ponto, depois que eu saí, que no congresso de 49 - foi o último congresso que...

P.R. - Quando o Rogê foi eleito.

R.G. - Não. O Rogê foi eleito na Bahia. O Genival foi antes. Eu digo depois, quando nós perdemos para o Paulo Egídio - o meu grupo já tinha saído da UNE, mas eu vim chamado a São Paulo.

P.R. - Mas o congresso aqui em São Paulo foi quando foi eleito o Olavo Jardim Campos, que era lá de Minas, não é? Foi quando o grupo ministerialista ganhou as eleições da UNE.\*

R.G. - Ganhou. Ganhou usando essas... Por isso é que ficou mais caracterizado como ministerialista, porque eles

---

\* Rogê Ferreira foi de fato eleito presidente da UNE em 1949. O congresso em São Paulo, no qual foi eleito Olavo Jardim Campos, realizou-se em 1950.

não deram verba para as outras... Eles sabiam quais eram as entidades oposicionistas, então eles hospedaram os protegidos nos melhores hotéis. E o nosso pessoal, eles jogaram no Pacaembu e na rua, não é? Aí o pessoal... [risos] Mas mesmo assim foi uma briga boa. Mas ganhou o Olavo Jardim. Aí começou o ciclo do Paulo Egídio, que depois foi retomado outra vez pelos socialistas, que mais adiante o derrotaram.

P.R. - Exatamente. Foi.

R.G. - Mas eles eram ministerialistas, porque recebiam verbas secretas do ministério para fazer viagens, fazer campanhas. E também na polícia, para descer o pau nas brigas, que havia muita briga. A coisa não era fácil. Não era só na conversa, não.

P.R. - É. A hostilidade do governo Dutra à UNE começou exatamente na Campanha do Petróleo. Foi logo depois da tomada de posição. Aquilo foi o divisor de águas.

R.G. - É. Ele herdou um pouco o negócio da ditadura, de fascismo, e nós combatíamos muito isso. Ele era muito anticomunista, via comunismo em todo lugar. Mas depois, no final, com a morte da dona Santinha, a coisa arrefeceu um pouco. Ele ficou um pouco abalado com aquilo. Porque ela instigava um pouco também. Era muito ativa. Foi ela que mandou fechar o jogo, era ela que mandava fechar... essa coisa de comunista... [risos] Era braba, a dona Santinha.

P.R. - Agora, na época em que o senhor era presidente da UNE, alguma entidade estadual tomou posição contrária ao monopólio estatal?

R.G. - Não. Posição ostensiva, não. Mesmo quando eles ga

nhavam - o Paulo Egídio foi ganhando umas posições aí na UNE e tal -, eles não tinham coragem de ser contra a Campanha do Petróleo, não tinham. Eles desviavam contra o monopólio estatal, mas contra a Campanha do Petróleo, não. E quando chegava no comício, prevalecia a tese do monopólio. Eles tentavam desviar o assunto para a iniciativa privada, para a distribuição de derivados, mas contra a exploração do petróleo, contra a emancipação, isso eles não tiveram coragem de enfrentar.

P.R. - Aliás, hoje, acho que só o Roberto Campos é que tem essa coragem no Brasil. Porque você não vê ninguém falar assim tão claramente que é contra o monopólio estatal do petróleo.

R.G. - É. Porque hoje, quem é que vai assumir a Petrobrás? O que a gente vê com certo constrangimento é que a Petrobrás teria que se libertar de certos penduricalhos que puseram nela.

P.R. - O Pró-Álcool, por exemplo.

R.G. - O Pró-Álcool, por exemplo, e a Interbrás, por exemplo. Essa trade de importar... O que eu encontrei no Ministério da Indústria e do Comércio, quando fui aos Estados Unidos e viajei aí fora... O problema do álcool, que foi conduzido pela trade, na época do governo militar, é uma coisa absurda. Perdemos todo um mercado americano por causa da Interbrás. Então, eu acho que a Petrobrás devia se restringir, o que já é uma coisa imensa, a prosseguir na prospecção e perfuração, na pesquisa de petróleo e no refinamento, no processo das refinarias de petróleo, e desenvolver, e somar-se na comercialização. Agora, não enfiar outras coisas lá dentro. Ficar mexendo com o Pró-

Álcool, ficar mexendo com a Interbrás, importando sapato, vendendo suco de laranja, trocando automóvel Volkswagen por petróleo do Iraque, não tem cabimento.

P.R. — Isso é atribuição da Cacex, não é?

R.G. — Claro. E deixa que a iniciativa privada cuide disso. Eu acho que é aí que a Petrobrás fica um pouco vulnerável. Mas no mais, não. Estou vendo o esforço que o Ozires está fazendo lá, é um homem sério, dedicado, está querendo eliminar as raposas, porque também lá na Petrobrás não tem só santinho, não.

P.R. — Não, é claro. [ri]

R.G. — Com capa nacionalista tem muita gente lá que é até antinacionalista e está lá se servindo da empresa.

P.R. — Exato. Não há dúvida. Agora, o senhor acha que o programa do Pró-Álcool sobrecarregou muito a Petrobrás, não foi, dr. Gusmão? Porque a Petrobrás é obrigada a comprar aquela quantidade imensa de...

R.G. — Não é que sobrecarregou. A Petrobrás, quando fez isso, na hora do boom de mercado, ela ganhou muito dinheiro com o Pró-Álcool. O que está havendo agora é que há um excesso de produção, e ela está sem caixa e sem capacidade de estocagem. Então, não há necessidade dela ficar com isso. Porque ela é que quis. Com medo de que o álcool fosse concorrente, ela quis pegar. E com medo de que o Brasil não tivesse condições de importar a quantidade de petróleo necessária pelo preço que estava o petróleo, não é, então... Agora aconteceu uma regressão. O petróleo está fácil de comprar. O Brasil está aumentando a sua produção. Então, ela devia devolver isso para a iniciativa privada, para os usineiros, eles que cuidem disso, não é,

que vão distribuir o seu álcool aí, e deixem a Petrobrás na sua...

P.R. - Mas eles querem isso, os usineiros?

R.G. - Os usineiros de São Paulo querem.

P.R. - Mas os nordestinos não, não é? [ri]

R.G. - Não querem, porque os do Nordeste têm aquela coisa... Eu pedi para fechar o IAA e essas coisas, por isso, porque... Veja bem, eu, quando fui ministro - passei um ano no ministério, 11 meses, não chegou a um ano, faltou um mês, vinte e oito dias -, eu não deixei instalar mais nenhuma destilaria de álcool nesse país porque nós estávamos com excesso de produção, e eles não tinham medidas. Era um negócio! O sujeito pedia para instalar uma destilaria de álcool no Amazonas, num lugar que nunca deu cana e nem poderia dar cana-de-açúcar. [riso] Era um negócio... Por quê? Porque eles tinham financiamento, tinham subsídio desde a compra, desde o contrato, desde o projeto, já era financiado. Depois a cana era plantada com financiamento, tudo juro negativo. Depois o equipamento era comprado com financiamento. Depois de estar instalado, eles vendem subsidiado e ainda obrigam a Petrobrás a ficar com a quantidade de álcool que eles vendem por um preço que não tem assim uma base de mercado, é aquele preço. Então, é um absurdo. Agora, São Paulo, os usineiros de São Paulo, as destilarias de São Paulo, as autônomas, estão prontas a aceitar isto. Eu tenho conversado com eles, e eles sempre falam: "Não, nós..." Agora, o Nordeste não aceita, não.

P.R. - Agora, a desativação disso, feita assim abruptamente, pode ocasionar um desemprego muito grande, não po-

de? Se a Petrobrás, por exemplo, resolve de uma hora para outra transferir esse encargo para a iniciativa privada, isso não afeta o problema do emprego naquelas áreas onde a produção depende do subsídio da Petrobrás?

R.G. — Acabar com o subsídio pode diminuir o emprego em algumas zonas, mas eu pergunto a você o que eu perguntava aos usineiros quando eles me argumentavam aqui: "Não, mas acabar com isso vai criar uma situação social, vai gerar desemprego, vai gerar miséria." Eu pergunto: por acaso o estado atual não é um estado de subemprego e de miséria? O que ganha um bóia-fria no Nordeste? Uma vergonha nacional, não é? São duas vergonhas nacionais na área social: os professores de Minas e os bóias-frias do Nordeste. [riso] Quer dizer, eles não ganham, e além de ganharem muito pouco, ainda recebem atrasado dois, três meses. Isso é uma coisa crônica. Não tem jeito.

C.G. — A Petrobrás, hoje, além dos seus problemas de gigantismo, de ter abarcado certas outras áreas, ela tem uma diferença muito grande em relação àqueles primeiros tempos, que é essa preocupação com fontes fornecedoras, não é? Tanto na pesquisa do petróleo nacional, quanto no Pró-Álcool, que ela tentou trazer para si com medo de ser...

R.G. — Da concorrência.

C.G. — Mas naquele momento, a prospecção, a lavra, não eram uma preocupação, não é? O fornecimento não acendia o nacionalismo. Era a coisa do refino só.

R.G. — E depois não se imaginava, nem naquela época, que nós fôssemos fazer a pesquisa do petróleo submarina. Isto não ocorria na cabeça. E nem havia tecnologia adequada naquela época.

P.R. — É uma tecnologia recente.

R.G. — Recente e desenvolvida agora com o... Porque toda a vez que o preço sobe e que há dificuldade, a tecnologia avança. Toda vez que o homem tem dificuldades ou então tem um ganho maior na frente, ele desenvolve a tecnologia.

P.R. — Exato.

R.G. — Ela nunca é movida pelos anjos e pelos santos, não é? [risos] É por interesses muito objetivos.

P.R. — Exato.

R.G. — Então, o que cresceu foi isso. Hoje, eu acho que a Petrobrás tem essa área que tem que ser muito protegida e muito defendida. Mas ela tem que abrir mão dessas outras coisas. Isso é que é... Ela se torna vulnerável com isto, sabe?

P.R. — O senhor, quando foi ministro, e pretendeu fechar o IAA e o Instituto Brasileiro do Café, foi também acusado de tentar privatizar a Petrobrás, não foi?

R.G. — Não. Não. Aí sempre é intriga, não é? Porque o que é que eles querem? Eles sabem que a Petrobrás é intocável, todo mundo defende a Petrobrás, no que é que eles atiram? Atiram logo falando que você é... Ser antiestatizante é uma coisa, e não ser patriota é outra coisa. Não ser nacionalista é outra coisa. Eu defendo a empresa nacional, defendo... Agora, defender a estatização da nossa economia, a regulamentação da economia, isso sou contra. Mas nunca falei em Petrobrás, em Embraer e nem mesmo na Siderbrás. Sempre preservei essas três, inclusive por uma questão de examinar o orçamento e o patrimônio dessas empresas. É impossível qualquer grupo comprar uma empresa com um volume desse. Agora, o que você é contra, o

que eu sou contra, é exatamente esse processo cartorial do IAA, do IBC e da Embratur, que são empresas... são autarquias, que vivem para dar dinheiro a fundo perdido, não é? E financiar sem cobrar o financiamento. Eu encontrei financiamento de 20 anos, de 15 anos trás. Porque esses usineiros não pagavam. Então, estavam construindo, construíram na época prédios fantásticos na Vieira Souto, construíram prédios na Boa Viagem, construíram prédios aqui em São Paulo, em todo lugar, e não pagavam ao IAA. Agora, quem paga somos nós, todos os brasileiros, que estamos pagando a conta. E no café a mesma coisa. Um roubo de café fantástico. Você financiava o café, o melhor tipo de grão, a melhor bebida, e encontramos no armazém do IBC - quando encontramos - a metade do que devia estar lá, e de uma qualidade dez vezes inferior. Ou pior, palha de café, não era café. E os sujeitos lá diziam: "Isso todo ano ocorre, doutor. O pessoal traz aqui, recebe a guia, deixa esse lixo aqui e leva o café bom embora." É assim sabe? Então, tem que acabar com isto. Tem certas coisas que só com cirurgia, não tem mais jeito. E um empreguismo violento, não é? Dois mil, três mil, quatro mil funcionários para nada. Para coisíssima nenhuma.

C.G. - Então, dr. Gusmão, a diferença entre o homem que lança a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e o ministro que vem defender a extinção de algumas estatais, vem do conhecimento do crescimento do Estado brasileiro, um crescimento excessivo, ou vem da mudança da economia nacional? O que é que processa no senhor essa consciência aparentemente contraditória?

R.G. - Olha, o processo é o seguinte. Quando você tem um problema como o petróleo, ou tinha um problema como a in-

dústria do aço, a Companhia Siderúrgica Nacional, o país não tinha, naquela oportunidade, naquela época, nem no petróleo nem na siderurgia nacional, poupança interna, e nem capitais privados nacionais que se interessassem em investir naquele setor. Nós cairíamos, naturalmente, na mão de uma Bethlehem Steel, na área do aço, ou de uma Esso, na área do petróleo. Então, seria impatriótico, seria de má fé se você batesse nessa tecla, sabendo que você ia entregar a duas potências industriais estrangeiras que iam dominar o país. Quem domina o aço e domina o petróleo dentro de um país domina a economia desse país.

P.R. - Exato.

R.G. - Você só faz um processo de industrialização quando você tem três fontes: o aço, o petróleo e a energia elétrica. Se você faz essas três coisas com estrangeiros... Então, você tem que defender essas três coisas. Então, quando você fala em defesa do monopólio estatal nessas áreas, você não está falando que você é contra o capital estrangeiro. Não você está falando que é a favor do seu país e da soberania do seu país, pois aí ela está em jogo. Agora, fabricar doce de leite ou moer cana não é monopólio estatal, sabe? [risos] E eu encontrei fábrica de doce de leite - de doce de leite - estatizada. Você encontra usina... Porque o sujeito quebrava no BNDES e passava para o Estado. O Estado assumia. Então, todos os fracassos dos empresários nacionais, dos aventureiros políticos que entraram com o dinheiro do BNDES e do Banco do Brasil, foram se estatizando. E aí não sai mais. E depois vão agregando, engraçado. Eles passam, agregam uma pequena a uma grande, e então vão jogando na Petrobrás, vão jogando na Siderbrás, vão jogando nas empresas hidrelétricas, uma por

ção de empresas pequenas, falidas, para minar mesmo o sistema. O que a gente é contra é isso, o que nós precisamos, o que eu pedia como ministro da Indústria e Comércio, era uma definição do espaço político da empresa estrangeira no país, porque ela traz tecnologia, ela vem internar a tecnologia que traz do seu país, seja do Japão, Estados Unidos, Alemanha ou da França, e, ao mesmo tempo, ela abre o mercado externo para nós lá fora. Essa é a vantagem do capital estrangeiro para quem não tem poupança nacional. Segundo, a associação com o capital nacional. E terceiro, o espaço das empresas estatais. Vamos definir. Mas nós não podemos estatizar tudo. Porque o prefeito lá de Cravinhos estatiza a fonte luminosa e começa a virar um emprego, sabe? Tudo isso é uma mentalidade. Quando você reverte, o prefeito, por um processo de mimetismo, de imitação, vai também falar em iniciativa privada, vai começar a estimular. Tudo isso é um processo cultural. E nós ficamos abafados nesse processo de estatização e de regulamentação da economia e estamos nesse impasse hoje. O país está com uma dívida externa volumosa, que não pode pagar, fica brigando com o Fundo Monetário - e sabe que vai ter que ir ao Fundo Monetário, porque não tem jeito mesmo, é uma empresa, é um clube de que nós somos sócios, é uma auditoria que tem que se fazer nesse país - e tem que resolver o problema dessas três áreas. A convivência da empresa estrangeira, porque nós não temos capital, a nossa poupança interna é pequena. O que sobra aí... Veja o que é que tem de grande empresariado no Brasil que queira investir mais. Não tem como investir. E não tem como trazer os dólares lá de fora, porque nós não estamos exportan

do o suficiente, a nossa balança comercial está caindo. Se houver retaliação dos Estados Unidos, cai mais ainda. Então, o mesmo pensamento do estudante, para voltar à sua pergunta, continua, a favor do monopólio nessas três áreas. Essas são fundamentais. A energia, o aço e o petróleo. E a desregulamentação da economia, a desestatização da economia no Brasil é a salvação desse país.

C.G. — O senhor defende a permanência da presença estatal nessas três áreas hoje ainda?

R.G. — Não só nessas. Tem outras áreas também em que nós precisamos...

P.R. — Telecomunicações?

R.G. — Em telecomunicações e no transporte coletivo. Transporte de massa não é lucrativo em lugar nenhum. Porque, quando for lucrativo, vai ser proibitivo para um povo miserável como o nosso. Se fosse um povo de alto padrão, poderia comprar uma passagem de metrô de alto padrão, como se cobra aí em outros países. Mas mesmo nesses países são estatizados, porque sabem-se que transporte coletivo não é para dar lucro, é para servir. E para isso nós pagamos imposto, para que todo mundo possa se transportar coletivamente e num transporte adequado — que é o metrô o mais adequado, seja ele subterrâneo, seja ele aéreo, não é? Nessas áreas, é óbvio que tem que ser feito. Mas o mais é um exagero do Brasil, da regulamentação da economia brasileira.

C.G. — Eu queria insistir, para que ficasse muito claro, que o senhor defende a permanência do Estado nesses setores estratégicos.

R.G. — Sem dúvida, sem dúvida.

C.G. — E não simplesmente, como alguns setores empresa-

riais defendem, um primeiro momento de presença estatal, e, no momento em que o investimento básico está feito, uma entrega dessas áreas em que o Estado investiu à iniciativa privada. Não. O senhor defende a permanência.

R.G. - Não, nessas áreas eu acho que tem que ser a permanência. Até não se justifica; porque você vai desenvolvendo de tal maneira, e depois o investimento feito passa para quem? Qual é o privilegiado que vai receber isso? Qual é o critério?

P.R. - Claro. Dr. Gusmão, no tempo do Delfim, que foi um tempo longo, havia aquele processo de que o BNDES ou o Banco do Brasil fazia empréstimo até a hoteleiros, os hoteleiros pegavam o dinheiro, depois devolviam os hotéis ao BNDES. O BNDES estava com uma penca, parece que de mais de 40 pequenas empresas de pessoas que simularam uma impossibilidade de continuar e deram aquilo como forma de pagamento para salvar sua dívida. Durante o tempo em que foi ministro, o senhor foi procurado por alguém também com esse tipo de proposta? [ri]

R.G. - [ri] Não. Logo, logo eles perceberam que comigo não tinha muita conversa nesses assuntos. Mas algumas tentativas foram... Uma foi o problema de cotas de café, não é? Empresas também falidas que recebiam cotas, que... Veja bem, eles davam a uma pessoa. Eles passavam a ter um escritório no Rio de Janeiro, uma secretária, um telefone, e davam uma cota de exportação de café. O sujeito recebia isso e vendia lá fora para uma empresa estrangeira que tinha o navio, que tinha o mercado, que tinha o transporte, que vinha aqui, pegava essa cota e exportava. Por que é que nós estamos dando isso? Mas não era uma. Deze-

nas e dezenas! [ri] Então vamos chamar logo essa empresa estrangeira, seja ela uma trade, seja ela nacional, ou estrangeira, nós chamamos nacionais e estrangeiras, chamamos as dez maiores do Brasil que têm sede aqui, e vamos vender o café...

[ FINAL DA FITA 1-B ]

R.G. — ...se você for abrir uma torrefação de café. É uma coisa simples, uma máquina de torrar café, tinha até manual, depois fizeram máquina, depois fizeram indústria.

P.R. — Exatamente.

R.G. — Você precisa de uma concessão, não é? Do Conselho Nacional do Petróleo, depois passa pela Petrobrás, passa por todas essas coisas para instalar um posto de gasolina numa cidade no interior do Brasil, ou numa capital, ou numa estrada. Muito bem...

[ INTERRUPÇÃO DE FITA ]

R.G. — Então, eu estava falando da...

P.R. — Da burocratização, do processo de burocratização.

R.G. — É. A regulamentação da economia. Mas por quê? Isso aí devia ser uma prerrogativa do prefeito da cidade, porque lá em Cravinhos ele é que sabe onde é que deve instalar a bomba de gasolina, se tem uma escola perto ou se não tem uma escola perto, se tem um edifício perto, se passa uma adutora ou se não passa uma adutora. Mas não é o prefeito que... Para receber autorização para instalar uma bomba de gasolina, o que vale não é o critério da po-

pulação de Cravinhos, ou da população de São Paulo, ou do bairro de São Paulo. Não. É o critério político do Conselho Nacional do Petróleo, que precisa dar uma autorização. Para fazer uma torrefação de café é uma coisa... Eu acabei com isso, no café eu consegui acabar. Abre quem quiser, onde quiser, a sua torrefação de café, e enfrente aí a Nestlé, enfrente aí o Pelé, enfrente aí todo mundo, [risos] Isso é que é. Mas não. Porque eles fazem um cartório. Eles dão e só eles é que podem... E depois ninguém entra mais, porque aí começa aquele tráfico de influência, aquele lobby - que não precisa mais, que não deve, que vai quebrar -, e o governo começa a financiar, porque ele deu. Ele dá a concessão e financia o cidadão. É um absurdo.

P.R. - É claro.

C.G. - É um privilégio.

R.G. - Eles são privilegiados. E isso veio com a estatização. Veja, em Volta Redonda, a mesma coisa. Muito bom a siderúrgica nacional, muito bom o petróleo, e tal. Mas os critérios deviam ser: a Esso deveria abrir, ou a Shell ou a Petrobrás, onde fosse, onde o prefeito deixasse abrir, não é? Aí nós teríamos uma concorrência maior, serviços melhores, atendimento ao público muito melhor. Como o café, de melhor qualidade e a preços mais baixos. Mas não. Ficou amarrado a isso. Você acaba com isso - não acabou com o IBC, mas deu uma onda danada. E você sabe que depois que você saiu voltaram outra vez ao sistema cartorial. Porque os deputados ganham com isso, os políticos, os governadores. Porque é um favor enorme: "Olha, eu vou dar a você, para seu filho, para uma família, seu futuro está garantido. Vou lhe dar uma bomba de gasolina, uma torrefação de café." Mas ele não vai dar nada, ele está

dando à custa do país. Não tinha que estar fazendo onda, sabe?

P.R. — Aliás, no caso do petróleo, por exemplo, havia aquele exagero do Partido Comunista, logo depois que ele tomou sua posição realmente a favor do monopólio, no sentido de incluir a distribuição no monopólio estatal. O que, no meu entender, é um absurdo muito grande, porque, em primeiro lugar, a distribuição não é realmente o filet mignon. O filet mignon hoje é a petroquímica, não é?

R.G. — É.

P.R. — E a distribuição é uma concessão dada a um cidadão que quer montar a sua bomba de gasolina. E o ingresso da Petrobrás no processo da distribuição, como monopólio, iria exigir, no meu entender, um investimento muito grande, que poderia ser aplicado na prospecção.

R.G. — Exatamente. Mas ela tem. Ela tem agora uma parte na [inaudível]

P.R. — Ela tem. Mas foi uma participação natural, não é? Ela não foi forçada. Agora, dr. Gusmão, quando o Getúlio enviou a mensagem, em dezembro de 51, o senhor já estava formado, já estava aqui em São Paulo?

R.G. — Já estava.

P.R. — É nessa época o senhor teve algum contato com parlamentares, algum pedido de assessoria, alguma coisa assim? O senhor teve alguma participação depois da sua formatura, do ingresso na vida profissional, ainda com relação ao tema do petróleo?

R.G. — Sempre tive, porque eu fiquei por algum tempo ainda, depois de formado, na Esquerda Democrática, que fez o

mal de se transformar em Partido Socialista. Diziam que nossas reuniões e nossas convenções eram feitas dentro de uma kombi. [risos] Não passava disso. Porque nós tínhamos a ideologia e a bandeira socialista, mas não tínhamos nem povo nem trabalhador. Então, o nosso socialismo não prosperou muito. Ficaram... até hoje estão aí. E tinha... coisas assim em que nós ficamos mexendo, até que depois o Hermes de Lima resolveu entrar no PTB. Aí eu fui para o PTB e acabei sendo vereador aqui com o PTB. Depois veio a revolução, e aí veio cassação. Eu fui processado por causa do petróleo, não é? Diziam que eu participei, que era comunista. É uma coisa bem estranha, não é... Em Juiz de Fora, o processo foi porque eu era presidente da UNE...

C.G. — O processo foi pelo petróleo... Porque o senhor organizou também, quando foi delegado regional do trabalho aqui, vários cursos, dentro ali do centro, com o Fernando Henrique, como Ianni...

R.G. — Otávio Ianni, exatamente...

C.G. — Com o Caio Prado... Isso não foi alegado contra o senhor no processo?

R.G. — Não. Mas é que eu não tive só um processo. Esse aí é de São Paulo, mas o que eu tive mais forte foi em Juiz de Fora. Esse de Juiz de Fora dizia que eu participava da cúpula do Partido Comunista no Brasil, que tinha feito a Campanha do Petróleo e que tinha desfilado em Moscou com a bandeira nacional. [risos] Então eu falei: "Bom, eu nunca fui a Moscou." E disseram que eu fui com o Fernando Pedreira, que é hoje diretor do Jornal do Brasil, com a Renina Katz e tal. Aí o Pedreira disse: "É difícil

se provar que não é elefante numa situação dessas e numa auditoria militar. Fica complicado." [risos] Agora, aqui em São Paulo foi isso, que eu fazia parte deste grupo, a acusação era essa. Mas, voltando à sua pergunta, sobre se eu participava. Sempre continuavam, convidavam a gente para participar, e nós ficávamos sempre na mesma linha. Até que veio a gloriosa revolução e não convidaram mais nada. Não se investiu em mais nada. Mas até 65, um pouquinho, depois de 64, ainda deu para se falar.

P.R. — Agora, o senhor acha que a Lei 2.004, tal como ela foi aprovada, se compatibilizava bem com os objetivos da Campanha do Petróleo, do tempo em que o senhor era presidente da UNE?

R.G. — Naquele momento, sim. Eu acho que sim.

P.R. — Porque, mesmo com o caso das refinarias particulares, que foram concedidas ao grupo Soares Sampaio e ao Drault Ernmany, aquilo não chegou, no seu entendimento, a afetar a integridade do monopólio?

R.G. — Nada. Não afetou em nada, e era um capital nacional também. E aquilo ali ficou sendo uma coisa política, que também ajudou muito o êxito da campanha. Tem certas concessões que se tem que fazer para se obter o êxito, não é?

P.R. — O resultado final.

R.G. — O resultado final.

C.G. — O senhor acha então que o substitutivo Bilac Pinto atendia melhor à campanha do que a mensagem do Getúlio?

R.G. — Atendia. E foi uma surpresa, o substitutivo do Bilac Pinto. Foi uma surpresa, e foi aí que o Partido

balançou.

P.R. - Agora, o substitutivo Bilac Pinto, na verdade, era um desdobramento do substitutivo Eusébio Rocha. Porque o do Eusébio foi realmente o que fechou a porta.

R.G. - Foi. Ele era realmente nacionalista. Mas ele não tinha - não tem nada a ver com iniciativa - ele não tinha o preparo e a força que o Bilac tinha dentro do Congresso para fazer o que fez. Agora, ele fez uma coisa muito séria, porque ele ali correu o risco de propor de fato o que era o monopólio estatal. E fechou a porta até embaixo, não deixou escapar.

P.R. - Foi...

R.G. - E o Bilac veio atrás com...

P.R. - Foi. E foi aprovado o do Bilac depois, porque também o peso do Bilac tinha por trás dele o partido.

R.G. - Era isso, o partido.

P.R. - Que era o principal partido de oposição, não é isso?

R.G. - E era uma coisa também de confrontar com o Getúlio. Era um confronto.

P.R. - Exato.

R.G. - Era mais o confronto do que a convicção. Ali tem mais confronto do que a convicção do Bilac.

P.R. - Ah, sim. Quer dizer, o objetivo era...

R.G. - Porque o Bilac era... O Gabriel Passos era um nacionalista, era do mesmo grupo.

P.R. - ...colocar uma brasa na mão do Getúlio.

R.G. - Do Getúlio. Queriam fustigar o Getúlio. Não é isso? Exatamente, era isso. Era coisa da UDN rançosa, da

UDN mineira, ali, fustigando o Getúlio. Não era muita convicção, não. [risos]

C.G. - Mas ao longo de toda a sua duração, a campanha do "O petróleo é nosso" tem um certo distanciamento, não chega a ser uma hostilidade, em relação ao poder. Porque, durante o Dutra, havia dentro do governo o dr. Mário Bittencourt Sampaio, que estava propondo o monopólio estatal, que estava comprando as refinarias, que estava providenciando o uso das divisas nacionais, trazidas pela guerra, na compra de refinarias, do oleoduto Santos-São Paulo. E em nenhum momento a campanha vem nitidamente em defesa do Mário Bittencourt Sampaio. O Mário Bittencourt Sampaio lutando, dentro do governo Dutra, contra os outros membros, e a campanha... Eles não se juntam. É porque a campanha tinha também uma nuance da oposição ao Dutra que isso não se...

R.G. - Tinha. Porque o Dutra representava o candidato da ditadura. Primeira coisa. E ninguém perdoa isso. Segunda coisa: o desassombro oposicionista, a vocação oposicionista da juventude é muito grande, então muitos estavam ali na Campanha do Petróleo, e tal, mas no que se podia atacar o governo, nós atacávamos, porque nós estávamos sendo atacados a todo momento. Então, era uma campanha de politização, mais ampla, mais... O petróleo foi exatamente - nós não esperávamos que fosse - o que nos deu força até para que nós conhecêssemos as idéias socialistas. Porque se discutia tudo na Campanha do Petróleo, não é? Não era só essencialmente o petróleo. Tinha o monopólio estatal, a conveniência, a forma de governo, como ia ser. Era uma campanha... As discussões eram muito mais amplas. E as discussões menores, pequenas, em grupos menores, as

brigas de faculdade, discussão em classe com o professor - nós éramos questionados o tempo todo, por causa da Campanha do Petróleo. Sobretudo e por qualquer pretexto. Então, era uma campanha nesse sentido. E tínhamos um pouco isso, que a gente sentia essa força na manifestação, e atrás disso sentíamos a simpatia dos militares. Porque era uma coisa nacionalista. Você sentia isso muito, principalmente dentro do Exército.

C.G. - Os estudantes entram muito fortemente na oposição ao Estatuto do Petróleo, à tramitação, fazem uma pressão direta sobre a Câmara?

R.G. - Fazem. Fazem. Interpelam...

C.G. - Sempre via UNE?

R.G. - Sempre via UNE e sempre via até estado. Os estudantes cobravam dos deputados em seus estados, por orientação nossa, a posição deles. Muitos tinham logo que se manifestar.

P.R. - O senhor se lembra das lideranças regionais que mais apoiavam sua posição na UNE? Por exemplo, em Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia.

R.G. - Lembro. Em Minas era o...

P.R. - Fausto, não é?

R.G. - O Fausto Mata Machado e o Caetano Fonseca, presidente da UEE, na Campanha do Petróleo, muito forte, não é? E o Bernardino Lima, Bernardino Franzen de Lima. Esses três foram muito ativos na Campanha do Petróleo.

P.R. - Bernardino é filho do Franzen de Lima?

R.G. - É. Conheceu o Bernardino?

P.R. - Não. Conheci o pai.

R.G. — É. Bernardino foi muito forte. Tem fotografia deles aqui na Revista que discutia a Campanha do Petróleo. Porque muita gente fala muito em... Aqui em São Paulo foi o Rôgê, com o grupo do 11 de Agosto. Está aqui, até fazendo um discurso na posse da UNE.\* E na Bahia foi o Evaldo Solano Martins, foi um que defendeu muito a Campanha do Petróleo. No Paraná, eu... Aí começam a me fugir alguns nomes, só olhando na época. Mas pelos manifestos que têm a...

P.R. — Pernambuco já era o Grimaldi, não? Grimaldi Ribeiro?

R.G. — Não. Grimaldi era... Tempo depois ele passou para o lado de lá da coisa, teve uma posição ambígua e depois ficou mesmo contra a gente. Não ficou a favor, não. Lá em Pernambuco eram o Meira, o...

P.R. — José Meira. Genival.

R.G. — Genival Barbosa. Tem mais, tem o...

P.R. — O José Meira depois foi deputado.

R.G. — Foi deputado.

P.R. — O Artur Ferreira Lima era daquele tempo, não?

R.G. — Não.

C.G. — Dr. Gusmão, o PTB nunca teve uma expressão muito forte dentro da UNE. Nunca teve repercussão como partido lá?

R.G. — Não. Era até hostilizado. A única cabeça de ponte que o PTB tinha no movimento universitário, porém mais na parte de esporte, tentou ir para a UNE uma vez, era José Gomes Talarico. Ele era chamado de pelego do Getúlio. [risos] Coitado, apanhava. Quase toda reunião ele saía...

---

\* O entrevistado mostra fotos.

levava uma surra. Apanhava muito, era muito corajoso.

P.R. - O PTB não era levado a sério pelos estudantes.

R.G. - Não era levado a sério. Não tinham... Nem tinham coragem de falar que eram getulistas. Depois, na segunda fase, é que o PTB melhorou.

C.G. - Quer dizer, nem na amplitude da aliança pelo petróleo o PTB penetrou. Não conseguiu penetrar.

R.G. - Não conseguiu.

P.R. - Eu estou satisfeito, Cláudia.

R.G. - Acho que eu falei muito sobre coisas fora do petróleo.

P.R. - Mas isso tudo é pertinente, dr. Gusmão. Porque isso tudo está ligado à campanha, está ligado ao processo.

R.G. - Aqui teve uma reunião engraçada, que foi com o Paulo Egídio, o Rogê, o Rui Mesquita, o Fernando Pedreira. Até foi O Estado de S. Paulo que mandou para eles: "30 anos depois" - hoje já são 40, não é? Aí nós discutimos, 30 anos depois, a Campanha do Petróleo, também.

P.R. - Ah, o Paulo Egídio participou?

R.G. - Participou.

P.R. - E qual era a posição dele? [ri]

R.G. - Ah, ele agüentou tudo. Ficou calado. [risos]

C.G. - Essa reunião foi organizada onde? Por quem?

R.G. - Foi o Jornal da Tarde. O Estado de S. Paulo que fez essa reunião.

P.R. - E tem alguma separata publicada sobre isso?

R.G. - Olha eles publicaram na época, o jornal publicou,

mas eles gravaram tudo e me mandaram isso aqui. Mas na época o jornal publicou.

P.R. — Ah, sim. Eles mandaram para o senhor a transcrição da gravação. Interessante, não é?

R.G. — Deixa ver se tem um pedaço aqui.\* Porque aí eles começam a mexer com o Paulo Egídio, o Rogê provoca o negócio de revolução de 64, que o Paulo fez parte...

P.R. — É, fez...

C.G. — O Lobo Carneiro teve uma participação muito...

R.G. — Teve. Muito importante.

C.G. — ...significativa dentro da UNE também?

R.G. — É dentro da UNE. Mas ele era do Partidão.

P.R. — Hoje não é mais.

C.G. — E deputado também.

R.G. — Ah, ele é deputado hoje?

C.G. — Não. Ele foi deputado.

R.G. — É. Teve uma participação muito importante. Ele era combativo, o Lobo Carneiro. Tive aquele... socialista também, o Boiteux.

P.R. — O Bayard.

R.G. — O Bayard Boiteux. Ainda é vivo?

P.R. — Ainda é vivo. Está no PDT. Parece que é o presidente do diretório regional do Rio de Janeiro, se não me engano.

C.G. — Ou já foi.

---

\* A partir deste ponto o entrevistado consulta e mostra diversos documentos.

P.R. - Que já foi, seguramente.

C.G. - Nessa reunião o senhor reafirma a sua posição.

R.G. - É.

C.G. - E o dr. Paulo Egídio também reafirma a dele daquele tempo? [ri]

R.G. - Também.

C.G. - Quem estava mais nessa reunião?

R.G. - Estavam o Rogê Ferreira, o Rui Mesquita, Fernando Pedreira...

C.G. - Fernando Pedreira era muito próximo do senhor todo o tempo de trabalho na UNE, não é?

R.G. - É. Todo o tempo. Ele era secretário da UNE.

C.G. - O Rui Mesquita? Que participação teve?

R.G. - O Rui teve aqui em São Paulo. Mas na UNE não.

C.G. - Na UEE? Ele atuava onde? Ele atuava como estudante, nesse momento?

R.G. - Como estudante na Faculdade de Direito de São Paulo.

C.G. - No 11 de Agosto.

R.G. - No 11 de Agosto.

P.R. - O Paulo Egídio, no tempo de estudante, nunca chegou a afirmar de público que era contrário ao monopólio, não é? Ou chegou?

R.G. - Eu acho que ele se engajou na campanha da...

P.R. - Da iniciativa privada?

R.G. - Da iniciativa privada, é.

P.R. - É. Ele já naquela época tinha ligações com a Biyghton.

Ele era empregado da Biyghton. [ri]

R.G. - É.

C.G. - Mas era iniciativa privada nacional. Ele não chegava a defender os estrangeiros, não é?

R.G. - Como?

C.G. - A defesa da iniciativa privada no petróleo que ele fazia era da iniciativa privada nacional?

R.G. - Nacional. Não. Com participação do capital estrangeiro.

C.G. - É? Claramente?

R.G. - Claramente. A sociedade não tinha capital nacional, precisava do capital estrangeiro, de tecnologia estrangeira.

P.R. - O Paulo Egídio nunca fugiu. [ri]

R.G. - Não, não fugiu.

C.G. - E qual era a acolhida a esse discurso?

R.G. - Ah, ele levava todos os nomes possíveis. [risos]  
Mas não era só ele. Ele tinha uma turma braba com ele, tinha o cunhado dele também, que...

P.R. - O José Augusto MacDowell Leite de Castro.

R.G. - MacDowell Leite de Castro. Esse aí era ainda pior do que o Paulo.

P.R. - Pior que o Paulo Egídio, sim. O Álvaro Americano também, da PUC.

R.G. - Álvaro Americano. Upa! Esse aí era terrível.

P.R. - Tinha mais alguns ainda naquele tempo. Ainda na Escola de Engenharia, tinha outros elementos lá, junto com

o Paulo Egídio. Antônio José Devris. Tinha outros lá. Era uma gente perigosa. Eu me lembro.

R.G. — Bom, aqui tem coisa do Geisel... Mas isso não adianta, que vocês... Mas essa reunião aqui foi engraçada. Acho que vocês já têm bastante coisa. Não sei se era isso que vocês queriam.

P.R. — Era exatamente. Nós estamos...

R.G. — Agora, essas peças... Não adianta, que vocês vão fazer a gravação...

P.R. — É gravação. É.

R.G. — Se fosse alguma coisa publicada, seria bom que vocês fizessem xerox desses dois manifestos para\* publicar.

P.R. — Bom... Xerox, nós temos lá. Se o senhor quiser nos mandar, seria ótimo.

R.G. — Eu não sei se vocês...

#### INTERRUPÇÃO DE FITA

R.G. — ...O engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa, Roberto Gusmão, o senador Matias Olímpio. Ah! Tem o senador Matias Olímpio.

P.R. — Exato. Que era do Piauí.

R.G. — O deputado Flores da Cunha, Gurgel do Amaral, o vereador...

P.R. — Esse foi o primeiro comício em defesa do monopólio estatal realizado pela UNE, não foi dr. Gusmão?

R.G. — Foi. Exato.

---

\* O entrevistado passa a exhibir alguns documentos.

P.R. — Foi no dia 1º de junho de 1948.

R.G. — Quarenta e sete ou oito.

P.R. — Ou 49?

R.G. — Não, não, 48.

P.R. — Quarenta e oito. Aí já estava organizado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Agora, os jornais da época comentavam o comício sobre o petróleo nacional. "Grande comício hoje na Praia do Russel."

R.G. — O Globo, sempre pequenininho...

P.R. — Comício de defesa... É. Os jornais davam uma certa cobertura, sim.

R.G. — Olha aqui o comício. Falou o Roberto Silveira, que morreu, foi governador do estado do Rio.

C.G. — Como era a cobertura na imprensa?

R.G. — Era razoável. Tinha uns jornais, o O Jornal, o pessoal do Diário de Notícias, que era um jornal nacionalista do Rio de Janeiro, o jornal mais importante do Rio na época, que dava uma boa cobertura.

P.R. — E o Jornal de Debates não é?

R.G. — O Jornal de Debates era um jornal nosso, não é? Esse O Jornal também dava, olha aqui: "O petróleo por nossa conta e para nossa grandeza nacional". Dá o comício todo aqui.

P.R. — O O Jornal.

R.G. — É. Era o carro chefe dos Diários Associados do Chateaubriand.

P.R. — Chateaubriand, exato. Mas esse noticiário que eles

davam era mais pelo fato de ser iniciativa da UNE do que de...

R.G. — Da UNE. Claro. Não era por convicção, não. Então, foram esses três...

C.G. — Era a UNE, e não o petróleo.

R.G. — Quatorze de abril de 48 e 12 de abril de 48. E logo depois o comício em junho. Você vê que a campanha pegou fogo. Fsss...

P.R. — Exato.

R.G. — Mas eu não tenho mais memória para tanta coisa. Já se vão 40 anos. Que brincadeira, heim, a gente está falando aqui de uma coisa que aconteceu há 40 anos. [risos]

C.G. — Dr. Gusmão, o senhor gostaria de encerrar dizendo alguma coisa que nós não lhe tenhamos perguntado?

R.G. — Não. Eu quero é agradecer a vocês o prazer de terem vindo aqui à minha casa para registrar um pouco isso aí. Porque às vezes essa história é deturpada, sabe? Deixam os estudantes e a UNE para fora, outra hora falam que foi aqui no 11 de Agosto... Não foi, começou no Rio de Janeiro, na União Nacional dos Estudantes. Depois é que pegou no resto do Brasil. A importância de São Paulo foi enorme no movimento, e tal, mas tudo começou lá. E felizmente está documentado. Quando vêm discutir, eu falo: "Quero o documento aí, vamos ver qual foi o primeiro comício, quem fez o primeiro manifesto, quando é que começou a campanha, onde é que foi feito o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, os debates e tal." Agora, sempre os grupos de esquerda brigam muito, não é? [riso]

P.R. — Exato. [ri]

R.G. - Brigam muito. Uns trotskistas, outros nacionalistas, tem aquelas coisas todas. Mas foi uma coisa bonita. E resultou nisso que está aí.

P.R. - É. Foi uma coisa que ficou. E não conseguiu ser destruída, não é?

R.G. - É. Acho que a Petrobrás tinha realmente que resgatar isso, contar a história e mostrar que foi uma coisa que mexeu com a população brasileira. O povo participou, os estudantes. Depois, havia uma manifestação popular. O pessoal da Light, condutores, motorneiros da Light, todo mundo lá no comício assistindo...

C.G. - E o senhor faria de novo hoje?

R.G. - Faria de novo. Sem dúvida faria de novo.

P.R. - Embora a participação sindical tenha sido muito limitada, não é? Porque...

R.G. - Ah, muito. Não havia. E eles tinham um... Os estudantes, com queda do Getúlio, a eleição... Houve muito conflito entre estudantes e sindicatos, por causa do Getúlio.

P.R. - É, exato.

R.G. - Eles vinham com o negócio do Getúlio, e a gente era da UDN. Sempre brigávamos, em todo lugar, em Belo Horizonte, aqui em São Paulo... Saía muita briga realmente.

P.R. - Exato. [ri] E além do mais o sindicato era muito vulnerável, não é? A polícia batia no sindicato com muito mais facilidade do que batia no estudante.

R.G. - Muito. Muito.

P.R. - O sindicato... [ri] era bastante afetado por esse...

De modo que naquela época eles não tiveram realmente uma participação muito acentuada. Ou quase nenhuma.

R.G. — Não. O pessoal mais de esquerda do Partidão, os comunas mesmo do sindicato é que entravam nisso. Mas os outros eram pelegos. Pelegada do Getúlio.

P.R. — Exato. Perfeito. Dr. Gusmão nós ficamos muito gratos pela colaboração que o senhor nos deu, coincidindo com uma data histórica, um cinquentenário que não é muito... [ri] agradável de lembrar, mas que, de qualquer maneira, foi etapa na vida política brasileira.\* E tudo aquilo que aconteceu depois do Estado Novo foi objetivo, no sentido de formar uma consciência política no Brasil. E a gente sente que, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os obstáculos, ela continuou em plena expansão. Não é isso?

R.G. — Sem dúvida. Eu acho que essas coisas é que formam a história de um povo, não é? E culturalmente também há uma contribuição que foi dada nessa época, que até poderia ter sido maior, e pode-se discutir. Mas o que a gente sente é que essa interrupção desses 22 anos prejudicou imensamente a nossa juventude, que não pôde participar como nós participamos, como a minha geração participou, de tanta coisa nesse país.

P.R. — Exato.

R.G. — Participou da revolução, participou da declaração de guerra, foi convocado, depois voltou, veio a redemocratização do país, vem a UNE, vem a Campanha do Petróleo, vem a Constituição de 46...

---

\* A entrevista se realizou no dia 10 de novembro de 1987, data do cinquentenário do golpe do Estado Novo.

P.R. - E depois, a forma como eles conduziram esses 22 anos de autoritarismo. Ainda há poucos dias o Eusébio Rocha estava me falando que durante o governo Geisel a Petrobrás investiu mais em construção de edifícios do que em prospecção de petróleo. Por pouco ela não passou a ser uma empresa imobiliária. [risos] Muito bem, dr. Gusmão. Nós estamos realmente muito gratos.

C.G. - Nós vamos encerrar. Foi uma honra, dr. Gusmão.

R.G. - A honra é minha.

[ FINAL DO DEPOIMENTO ]